

DINÂMICAS COLETIVAS E SUBJETIVIDADES: POSSIBILIDADES DE PESQUISA COM HISTÓRIA ORAL

Regina Maria Rodrigues Behar¹

Cláudia Engler Cury²

O presente texto tem como objetivo discutir aspectos do trabalho com história oral realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no âmbito do Curso de História para os Movimentos Sociais do Campo, criado em 2004, pelo Programa Estudante Convênio – Movimentos Sociais do Campo (PEC-MSC).

O curso de História para os Movimentos Sociais do Campo foi criado como resultado de uma demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e se constituiu em experiência inaugural na UFPB com relação à oferta de curso superior para um público específico, ou seja, trabalhadores de assentamentos rurais vinculados à reforma agrária, por meio de financiamento de verbas provenientes do INCRA. A primeira turma ingressou ainda em 2004 e foi formada numa composição nacional com sessenta alunos oriundos de assentamentos rurais de todo o Brasil.³

A experiência suscitou a elaboração de um projeto, inserido no Programa de Licenciatura (PROLICEN), intitulado *Linguagens contemporâneas no ensino e pesquisa: história oral, filme, fotografia e produção de documentários*. O texto que ora apresentamos, um relato de pesquisa em andamento, discute também, a articulação entre os pressupostos da elaboração e execução de ambos os projetos anteriormente mencionados: o Projeto PROLICEN e o Projeto Político Pedagógico desse curso de Licenciatura em História.

Em relação ao curso para os Movimentos Sociais do Campo, vale esclarecer que foi aprovada uma modalidade seqüencial, visando atender às especificidades de um público para o qual a realidade do cronograma escolar precisava se adequar, a do trabalho na terra e ao tempo da natureza. Desse modo, estava prevista a realização de dois módulos por ano, cada um deles com um período intensivo de aulas ministradas na UFPB - “tempo-escola” - e o desenvolvimento de atividades programadas para os assentamentos no chamado “tempo-comunidade”. Durante este período, os alunos têm sido assistidos por monitores com formação em história

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em História/UFPB - rmrbehar@uol.com.br.

² Atualmente Coordena o Programa de Pós-Graduação em História da UFPB - claudiacury@terra.com.br.

³ Registraram-se ao longo do primeiro ano de desenvolvimento do curso duas evasões e, atualmente, ele conta com cinquenta e oito alunos.

ou pedagogia e indicados pelo movimento social para “esta tarefa”⁴.

O projeto *Linguagens contemporâneas no ensino e pesquisa* previa um acompanhamento do desenvolvimento deste curso com o objetivo de gerar fontes para futuras pesquisas e reflexões sobre a experiência. Para tanto, contamos, ao longo do período de 2004 a 2007, com uma equipe de alunos voluntários e sempre com um bolsista do Programa de Licenciatura⁵. O trabalho com história oral é uma vertente importante do projeto que também tem realizado registro imagético, fotográfico e em vídeo digital, o que possibilita uma cobertura documental ampla, cuja perspectiva central é extrapolar as possibilidades da documentação burocrática e dos documentos escritos.

Muito já se tem dito a propósito das possibilidades da história oral como método que viabiliza a constituição da história a partir dos excluídos, dos que não produzem os documentos escritos. Autores como Maria Antonieta Antonacci, Marieta de Moraes Ferreira, Verena Alberti, Janaína Amado, Ecléa Bosi, para citar apenas alguns pesquisadores que têm produzido, tanto no campo da reflexão teórica como na experiência prática com a história a partir dos depoimentos orais.⁶ A riqueza e a diversidade desses trabalhos são suas marcas fundamentais e, sem dúvida, em se tratando do projeto aqui discutido, o registro da subjetividade e de aspectos culturais e identitários do universo camponês, poderão caracterizar melhor a alteridade de sujeitos sociais cujas especificidades são tratadas pejorativamente pela sociedade urbana, valorativa da noção de desenvolvimento vinculada à industrialização, à grande cidade e à contraposição ao rural.

No campo da imagem, alguns estudos sobre a relação fotografia/história se debruçam sobre o papel documental da fotografia, tanto no que se refere ao registro “objetivo” do processo histórico, como em suas possibilidades para o estudo das subjetividades humanas, das mentalidades, das tradições, do imaginário das

⁴ Os alunos PEC/MSC foram selecionados por vestibular organizado pela COPERVE, órgão responsável na UFPB por todos os processos seletivos voltados para a entrada de alunos na Universidade. As noções de “tempo escola” e “tempo comunidade” integram a “pedagogia da alternância” adotada pelo movimento em seus cursos. A propósito, vide: BEGNAMI, João Batista. *Uma geografia da pedagogia da alternância no Brasil*. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNIFAB, 2004, série Documentos Pedagógicos.

⁵ A equipe envolvida com o Projeto sofreu alterações ao longo do tempo porque os alunos que concluíam a graduação em História precisavam ser substituídos por outros. A última equipe de trabalho do Projeto, foi composta pelos seguintes membros: Regina Maria Rodrigues Behar (Coordenadora), Cláudia Engler Cury (professora DH-UFPB, pesquisadora), bolsistas do Prolicen (Janaína da Silva Bezerra, Walber Pereira Nery, Paulo Josafá de Araújo Filho, Maria do Socorro F. F. de França e Talita Hana Cabral Nascimento - alunos do Curso de História) e Matheus Andrade (mestre em Letras/UFPB e documentarista).

⁶ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembranças de Velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987; PERELMUTTER, Daisy e ANTONACCI, Ma. Antonieta (Orgs). Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História PUC-SP, n. 15, Ética e História Oral, abr.1997; FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Apresentação). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998; FERREIRA, M. M., Fernandi, T. M., e VERENA, A. (orgs). *História oral – desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC/ FGV, 2000. Algumas dessas obras, são coletâneas que remetem para outros autores, nacionais e estrangeiros, que trabalham com a temática multiplicando o número de pesquisadores aqui citados.

sociedades que as produziram. Tal é o caso do trabalho de Miriam Moreira Leite, *Retratos de Família* e da coletânea organizada por Annateresa Fabris, *Fotografia. Usos e Funções no século XIX*⁷.

Buscamos, a partir dessa dimensão documental, realizar o registro fotográfico da experiência com o curso de História PEC-MSC, o que nos colocou, como profissionais de história, em contato com um campo em que ainda não nos sentimos tão seguros quanto os antropólogos e os cientistas sociais. É ainda timidamente que lidamos com as imagens, e tateamos em áreas de conhecimento específicas como a semiótica. O registro fotográfico permitiu que constituíssemos um acervo documental que ampliará as possibilidades de reflexão de aspectos objetivos e subjetivos do cotidiano dos alunos e dos professores que ministram aulas no curso, de forma a documentar atividades de trabalho, estudo, cultura e lazer.

A mesma perspectiva e problemas similares de nossas incipientes relações com o documento fotográfico, se colocam em relação às imagens em movimento. Mesmo considerando o trabalho num campo novo buscamos, em parceria com a Área de Comunicação⁸, acompanhar o processo com o registro fílmico, seguindo a tendência inaugurada por Marc Ferro, para quem as imagens cinematográficas são fontes legítimas para o trabalho do historiador. Além de sua legitimidade como fonte, considera-se o potencial das imagens cinematográficas, como material documental alternativo ao texto, capaz de revelar aspectos tradicionalmente secundarizados, adotando-se o pressuposto do papel do historiador, como agente de seu registro, vinculado àquilo que Ferro aponta como seu compromisso social:

*O historiador tem por função primeira restituir à sociedade a História da qual os aparelhos institucionais a despossuíram. Interrogar a sociedade, pôr-se à sua escuta, esse é em minha opinião o primeiro dever do historiador. Em lugar de se contentar com o utilização de arquivos, ele deveria antes de tudo criá-los e contribuir para a sua constituição: filmar, interrogar aqueles que jamais têm direito à fala, que não podem dar seu testemunho. O historiador tem por dever despossuir os aparelhos do monopólio que eles atribuíram a si próprios e que fazem com que sejam a única fonte da história. Não satisfeitos em dominar a sociedade, esses aparelhos (governos, partidos políticos, Igrejas ou sindicatos) acreditam ser sua consciência. O historiador deve ajudar a sociedade a tomar consciência dessa mistificação.*⁹

Considerando estas reflexões, temos feito esforços no sentido de produzir tais documentos com o objetivo de criar arquivos de fontes orais e imagéticas que permitam ampliar aspectos da reflexão a propósito das especificidades desses grupos

⁷ LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: Leitura de fotografia história*. São Paulo: EDUSP, 2000; FABRIS, Ana Teresa (Org.) *Fotografia: Usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1998.

⁸ A parceira com Matheus José Pessoa de Andrade, Mestre em Letras, documentarista e, atualmente, professor substituto do Departamento de Comunicação da UFPB foi fundamental para o bom encaminhamento do trabalho de documentação em vídeo digital realizado pela equipe.

⁹ FERRO, Marc. Sobre três maneiras de escrever a História. In: Marc Ferro. *Cinema e história*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 76-77.

e contribuir para o conhecimento das novas experiências do campo brasileiro, ainda pouco documentadas. Os registros audiovisuais têm uma relação de proximidade com a história oral uma vez que, em grande medida, eles se constituem na relação com o depoimento. Até o presente momento, conseguimos produzir dois documentários no âmbito deste projeto, o primeiro, realizado com imagens captadas em 2004 e 2005, intitula-se *Bandeiras Vermelhas* e se constitui em registro do cotidiano dos alunos PEC-MSC no período de sua permanência na UFPB. O segundo, concluído em 2007, intitula-se *Memórias em 3 X 4*, e nele buscamos refletir sobre aspectos da memória vinculados à relação dos sujeitos individuais, às culturas regionais e à identidade coletiva.

Não foi possível, embora fosse nossa pretensão, registrar experiências em curso que se referem às inovações do ensino que vêm ocorrendo em áreas de assentamentos de reforma agrária, pouco conhecidas e avaliadas.¹⁰ Consideremos, no entanto, necessário que projetos acadêmicos se voltem sobre essas experiências, uma vez que as poucas reflexões existentes são, em nossa compreensão, vinculadas à perspectiva militante ou à visão oficial dos programas governamentais que as possibilitam.

Nos limites do projeto que coordenamos, pretende-se, pois, contribuir, tendo como base o aporte teórico-metodológico da História Oral, com a reflexão acadêmica sobre o ensino, sobre a realidade camponesa e sobre outro saber, o saber inerente às tradições agrárias, ora atualizadas pela perspectiva de movimentos sociais.

A questão camponesa e as perspectivas contemporâneas da educação no campo brasileiro

A partir de 1974, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os movimentos sociais no campo reiniciariam uma trajetória ascendente, de meados dos anos setenta a meados dos anos oitenta¹¹, simultânea à de outros movimentos de organização da sociedade civil e ao desgaste progressivo da ditadura militar. Desse processo, surgiria em 1979, em evento ocorrido no estado de Santa Catarina, o

¹⁰ Vide MOLINA, M. C., NERY, Irmão Israel José Nery, KOLLING, Edgar Jorge (Orgs.). *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma educação básica do campo, 1999, vol. 1; ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo M. *A Educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999, vol 2.; ARROYO M. G., CALDART, R. S. e MOLINA, M. C. (Orgs). *Por uma educação básica do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004; ANDRADE, M. R., DI PIERRO, M. C., MOLINA, M. C., e JESUS, S. M. S. A. de. *A Educação na reforma agrária em perspectiva*. Uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: Pronera, 2004.

¹¹ Movimentos como as Ligas Camponesas, no Nordeste, nos anos 50/ 60 deram dimensão política à luta pela reforma agrária com episódios de vitória do campesinato e derrota do latifúndio. A ditadura militar pós-64 destruiu esse, como outros movimentos organizados da sociedade civil, então em ascensão.

Movimento dos Sem Terra.¹² Formado pela reunião de movimentos de luta pela terra no sul do país, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul o movimento expandiu-se pelo país, hoje presente em praticamente todos os estados da Federação¹³.

Ao longo dos anos oitenta, o MST ganhou importância política na organização da luta pelo acesso à terra, importância que se intensificou nos anos noventa e atualmente o legitima como interlocutor de uma parcela significativa do campesinato brasileiro no âmbito da chamada “via campesina”¹⁴. O Movimento atua como seu representante frente ao Estado, e sobre ele exerce crescente pressão em prol do estabelecimento de políticas públicas que garantam os direitos de cidadania plena aos “povos do campo”¹⁵.

O Movimento conseguiu, ao longo desse período, ampliar seu leque de alianças estratégicas e tem grande penetração no âmbito da intelectualidade, o que inclui as universidades brasileiras. Nesse processo, há que se estabelecer a diferença entre o Movimento, enquanto organização e os camponeses, enquanto classe que busca representar. No reconhecimento da diferença é preciso perceber o papel do MST (e de outros movimentos sociais do campo) na constituição de um novo campesinato que, marcado por valores de uma tradição agrária, passou, também, a incorporar a luta tanto pelo acesso à terra como a defesa de uma nova identidade camponesa, enquanto afirmação positiva frente à dicotomia urbano/rural que sistematicamente creditou inferioridade ao campo¹⁶. A importância do ensino formal para esses grupos pode ser apreendida do depoimento de uma aluna do Curso PEC/MSC com relação

¹² Sobre estas questões ver GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais. A constituição da Cidadania dos Brasileiros*. 2ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2001, pp. 115-121. De acordo com a mesma autora a criação oficial do Movimento dos Sem Terra ocorreria em 1985 no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Curitiba. (p. 136). Bruno Konder Comparato indica o mesmo ano, mas outro evento e local: 1º. Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, na cidade de Cascavel-PR. COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2003, p. 23.

¹³ COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2003.

¹⁴ A “via campesina” inclui movimentos sociais em toda a América Latina garantindo unidade à luta camponesa, para além da diversidade dos grupos que a compõem como é o caso da CPT e do MST, no Brasil.

¹⁵ Entre esses se encontra o direito à educação, que vem ganhando espaço na estratégia política do MST. A pressão pelo acesso à educação levou à criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) com o objetivo de atender aos jovens e adultos dos assentamentos de reforma agrária, com adoção de “modelo de gestão tripartite, que conta com a participação de membros do governo federal, de universidades e movimentos sociais, representados pelo MST, por sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outras organizações”. ANDRADE, M. R., e DI PIERRO, M. C. A Construção de uma Política de Educação na Reforma Agrária. In: ANDRADE, M. R., DI PIERRO, M. C., MOLINA, M. C., e JESUS, S. M. S. A de. *A Educação na reforma agrária em perspectiva. Uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: Pronera, 2004, p. 22

¹⁶ A ênfase no MST ocorre por uma dimensão objetiva, os alunos da primeira turma do curso PEC- MSC são majoritariamente vinculados a este Movimento. Entre os sessenta componentes iniciais da turma, apenas dois pertenciam à Pastoral da Terra e desses, registrou-se uma evasão e apenas um permanece no curso.

aos valores acalentados pela população campestre que vislumbra a educação como possibilidade de cidadania:

Meu pai sempre, desde os doze anos de idade, ele perdeu o pai dele muito cedo e ele que ajudava a mãe dele, era ele e mais três irmãos. Então, a vida dele foi sempre assim de lavrador mesmo. É... quando ele trabalhava nas roças lá no Maranhão, apesar desse ser o único ofício que ele conheceu desde criança, mas assim... ele nunca nos colocou pra trabalhar na roça, vamo todo mundo pra roça, todo mundo trabalhar. Sempre procurou colocar a gente na escola, tentou ao máximo possível né? Que a gente pudesse ter uma educação, porque ele não teve essa oportunidade de ir pra escola, nem minha mãe, aliás, eles participaram pouco tempo da escola, mas não puderam dar continuidade aos estudos, mesmo assim conseguem escrever o nome, algumas outras palavras. A minha mãe lê muito bem, escreve, apesar de ter feito só a segunda série, e pra ela é motivo de orgulho. E a nossa vida era assim muito, muito difícil.¹⁷

O universo cristalizado pelo conceito de rural tornou-se, historicamente, sinônimo de lugar do atraso e da ignorância. A imagem literária de Monteiro Lobato povoou o campo brasileiro de “jecas” doentios, resistentes à mudança e, diferente do que era sua sincera intenção, legitimou a lentidão com que o Estado, comprometido com a elite agrária, implementou políticas públicas no meio rural.

Esse “novo campesinato”, que emergiu das lutas dos anos oitenta, envolvendo diversas tendências políticas, entre elas a que sustenta o MST, tem a educação, vista num sentido amplo, como um dos seus pilares e de suas principais reivindicações. Em relação a essa questão é necessário reconhecer, como assinala Gohn, que existe um caráter educativo intrínseco aos movimentos sociais, vinculado à consciência de um lugar no mundo e, partindo desse lugar preparam seus participantes para o exercício de um papel político. Isso lhes permite o acesso a informações que possibilitam conhecer o funcionamento da engrenagem social e da máquina pública, das leis e dos direitos sociais fundamentais. Tal conhecimento, por seu turno, os habilita a uma posição de “ruptura com a postura tradicional de mandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para a obtenção do bem por ser um direito social”¹⁸.

Essa tomada de consciência recoloca o problema da reforma agrária em outra dimensão, como bem sintetiza José de Souza Martins:

O problema agrário tende agora a aparecer com maior clareza e maior pureza: a reforma agrária aparece através das necessidades dos próprios trabalhadores. [...] Aparece como condição para que outras necessidades sejam atendidas: necessidade de sobrevivência, necessidade de emprego, necessidade de saúde, de educação, de justiça, de futuro, de paz para

¹⁷ Entrevista concedida por Maria Elisvânia Melo da Silva em 13/06/05 ao Projeto PROLICEN.

¹⁸ GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 5ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 18.

*as novas gerações, de respeito por sua própria lógica (camponesa) anticapitalista (isto é, por seu modo de pensar e interpretar a vida), necessidade de integração política, de emancipação (isto é, de libertação de todos os vínculos de dependência e submissão), de reconhecimento como sujeitos de seu próprio destino e de um destino próprio, diferente, se necessário.*¹⁹

Esse novo patamar da questão é necessário para entendermos que todo avanço é visto como conquista e não doação dos poderes públicos. Esse que se está chamando de “novo campesinato” e suas organizações têm, claro, um projeto mais amplo de mudanças que não se esgota com o acesso à terra, ou à educação formal, pretendem um redimensionamento de seu lugar na sociedade e um estatuto de igualdade em relação ao urbano. Suas lideranças hoje colocam como fundamental o reconhecimento de seu modo de vida, e a implementação de outro modelo agrário, em franca oposição à agricultura empresarial privada, representada pelo agro-negócio. A expressão dessa perspectiva já estava colocada na *I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo*, ocorrida em Luziânia, Goiás, em julho de 1998. Entre as proposições aprovadas pela Conferência em oposição ao “processo de modernização conservadora”, encontra-se a seguinte: “*tratar a população do campo como sujeito de um projeto de desenvolvimento com base real na agricultura familiar, cooperativada ou não, em vez de tratá-la como resíduo do processo de modernização*”²⁰.

As iniciativas desse “novo campesinato”, através de suas estratégias de luta e seus mecanismos de pressão levaram à constituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, vinculado ao INCRA, inicialmente voltado para projetos de alfabetização de jovens e adultos assentados, em parceria com as universidades públicas. O Programa tem uma abrangência limitada pela escassez de recursos e grande demanda. Em 2002, por exemplo, “*estava presente em apenas 14% dos assentamentos então existentes*”²¹.

Um segundo setor encampado pelo Programa foi o da habilitação de profissionais de nível médio e superior, para o magistério. “*No período de 1999 a 2002, mais de 1.000 jovens assentados participaram de processos de elevação de escolaridade e habilitação profissional para o exercício do Magistério, 61% deles em cursos de nível médio e 39% em cursos superiores de pedagogia*”²².

As iniciativas no âmbito da educação superior também estão em desenvolvimento e atualmente incorporam diversos cursos superiores, entre os quais podemos citar: um curso de Agronomia, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFSE); um curso de Pedagogia da Terra, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande

¹⁹ MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 154.

²⁰ MOLINA, M. C., NERY, Irmão Israel José Nery, KOLLING, Edgar Jorge (Orgs.). *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma educação básica do campo, 1999, vol. 1, p.56.

²¹ ANDRADE & DI PIERRO, A Construção de uma política..., p. 22.

²² ANDRADE & DI PIERRO, A Construção de uma política..., p. 31-32.

do Norte (UFRN) que formou sua primeira turma em 2006; um curso de Ciências Agrárias, em parceria com a UFPB, ministrado no campus de Bananeiras e o curso de História, também em parceria com a UFPB, no campus de João Pessoa.

A experiência de um projeto em história oral: dinâmicas coletivas e subjetividades

O projeto *Linguagens contemporâneas no ensino e pesquisa* vem produzindo, desde o ano de 2005, um acervo documental de história oral no âmbito do Curso de

História para Movimentos Sociais do Campo, baseado em dois universos coletivos, o dos alunos e o dos agentes institucionais (professores, coordenadores de curso e colaboradores de um modo geral).

Uma primeira questão objetiva foi demarcar, no universo dos cinquenta e oito alunos, uma amostragem suficientemente representativa do coletivo discente que contemplasse também sua diversidade regional, de gênero e de faixa etária. Por fim, definimos, juntamente como o movimento social envolvido, um conjunto de dez depoentes, buscando garantir que o mesmo representasse a diversidade inerente ao caráter nacional da turma.

Em relação aos agentes institucionais, uma vez que em menor número, tentamos garantir o máximo de depoimentos, considerando, também sua diversidade, pois temos quatro departamentos de dois Centros diferentes envolvidos na realização dessa graduação: os três departamentos do Centro de Educação – Departamento de Metodologias, de Fundamentos da Educação e de Habilitações Pedagógicas além do Departamento de História, responsável direto pela implementação do Curso PEC/MS, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Segundo os depoimentos do conjunto de professores que ministraram disciplinas no Curso pudemos concluir, que o desempenho acadêmico dos alunos do curso tem mostrado um padrão similar àquele das demais turmas, verificando-se a ocorrência de crescimento intelectual, ampliação da capacidade de reflexão teórica, de desenvolvimento das articulações entre o conhecimento instrumental de caráter teórico-metodológico recém apreendido e os processos históricos estudados, com a vantagem de trazerem sua experiência e o saber construído na prática dos movimentos sociais e em seus embates políticos. O que não significa uma homogeneidade plena, uma vez que a turma PEC-MS, seguindo o padrão de outras turmas dos cursos “extensivos” (expressão usada para diferenciar a turma dos movimentos sociais, por seu caráter intensivo, das demais), não apenas de história, mas dos cursos universitários, são marcadas pela dimensão da desigualdade no que se refere à formação escolar dos alunos, nesse caso havendo que se considerar as desigualdades regionais que também incidem sobre o ensino público em nosso país.

Entretanto, os depoimentos indicam que as especificidades dessa turma têm efeito positivo sobre o desempenho global dos alunos reduzindo as dificuldades de aprendizado de muitos deles, uma vez que uma das características desse grupo é o seu nível de solidariedade interna que, articulado às suas práticas de trabalho coletivo, que se reafirmam nos espaços de estudo e potencializam a superação de dificuldades individuais num patamar superior àquele observado nas turmas dos

cursos “extensivos”.

Alguns professores avaliam que essa turma apresenta um nível superior de dedicação e responsabilidade com leituras de textos indicados e realização de tarefas das disciplinas e demonstra também um padrão de maior comprometimento e motivação para os estudos, o que para muitos se explica pelo compromisso com um movimento social, condição que os impulsiona à superação de condições prévias adversas de sua formação escolar.

(...)um segundo elemento importantíssimo neste desenvolvimento é a rede de solidariedade existente no interior da turma, a turma de fato funciona como turma e isso é algo absolutamente novo na experiência universitária que nós temos hoje, né, no Brasil, eu creio, e nessa universidade especificamente, e que o sistema de créditos fez com que houvesse a pulverização das turmas, cada um trabalha individualmente e eventualmente em grupo, ao contrário do pessoal desse curso do convenio do PEC-MSC que tem uma convivência de grupo dentro da universidade e fora da universidade, né, e isso faz um... isso é um diferencial absoluto, porque?! o que significa essa experiência em grupo? significa uma, como eu disse, uma rede de solidariedade que é implantada entre eles que mostra o fruto do dia-a-dia, do cotidiano das relações (...).²³

Alguns professores em reunião coletiva de avaliação institucional, realizada pela Coordenação do Curso de História PEC-MSC em 2006, sobre a questão das lacunas na formação intelectual dos alunos indicaram que esta não é uma especificidade dessa turma mas um problema que identificado na maioria dos cursos universitários, “em especial nas licenciaturas como geografia e história, cursos cuja demanda é vinculada, em larga medida, ao público oriundo de escolas públicas e constituído de trabalhadores”²⁴.

O conjunto das entrevistas realizadas com os alunos e da maioria quase absoluta dos professores avaliou positivamente a experiência com este curso, reafirmando um desejo coletivo de que outras turmas possam vir a dar continuidade à iniciativa que se revelou como diferencial no papel da Universidade Federal da Paraíba na formulação de uma política acadêmica de inclusão educacional, com repercussões sobre um setor social com alta demanda e poucas oportunidades de inserção no ensino superior público. O depoimento deste aluno sobre a relação do curso de História PEC/MSC e sua vida quando retorna para sua terra de origem, nos indica alguns dos caminhos possíveis que esta experiência pode trazer para toda a comunidade acadêmica da UFPB envolvida no processo de construção deste curso:

Foram bons. Eu me encontrei bastante com os estudos é... estudei! Sai bem satisfeito dos primeiros módulos, das primeiras disciplinas, tive um bom aproveitamento. Aquela ânsia, aquela vontade de estudar, que a

²³ Entrevista concedida pela Profa. Regina Célia Gonçalves em 23/05/05 ao Projeto PROLICEN.

²⁴ Reunião de Avaliação Institucional do curso de História PEC-MSC, realizada em 23 de maio de 2006.

*gente já veio de lá com isso, então, pra mim foi... foram muitos positivos. Acho que a gente já conseguiu, deu pra perceber essa relação que a gente pode fazer com o que a gente aprende aqui, com nossa realidade lá, né? desde as primeiras disciplinas a gente conseguiu voltar... eu pelo menos, consegui voltar pro estado e tá mudando a nossa atuação lá.*²⁵

(...)

Como é que você avalia a relação da primeira etapa, a relação sua, o conjunto da turma com a Universidade? Os alunos aqui da universidade, como é que você vê isso?

Acho que de início, o fato de também a gente não se conhecer e tal, acho que foi um pouco difícil. Nós tivemos uma certa dificuldade de se aproximar com os alunos da Universidade. Mas a turma sempre teve como objetivo estar aproximando, estar conhecendo, estar vivenciando os momentos e tal. E acho que nós avançamos muito nessa questão da relação com os alunos aqui da Universidade. (!) Criando espaços onde pudesse de certa forma estar se conhecendo, trocando experiências, vivências, tanto que já tem bastante relações de amizade, né? Então acho que foi um dos avanços que nós tivemos bastante importantes aqui nessa universidade foi essa relação com os alunos.

Na análise da formatação modular, seqüencial e intensiva não há consenso entre os professores. Mais de um entrevistado, considerou que o tempo concentrado potencializa o rendimento justamente pela exigência da dedicação integral ao estudo. Outros, entretanto, consideram tal modalidade pedagogicamente inadequada por exigir uma concentração máxima de leituras e de fixação de conteúdos teóricos e processuais. Os alunos, por sua vez, reconhecem a impossibilidade de sua permanência por mais tempo no Campus de João Pessoa, mas admitem cansaço frente às exigências acadêmicas, entretanto, não vêem outra forma de realização de estudos universitários numa modalidade extensiva uma vez que devem conciliá-los com a vida no campo e o trabalho no movimento social. Consideram que a adaptação à modalidade intensiva é uma exigência à qual têm buscado se adequar e que ela era previsível quando estabeleceram a meta de realizar o curso universitário.

Uma questão preocupante no desenvolvimento do curso PEC-MSC, tem sido a pouca possibilidade de inserção dos alunos aos programas institucionais como PIBIC, PROBEX, PROLICEN,²⁶ pois estes exigem uma disponibilidade de tempo e uma continuidade temporal que dificulta a incorporação dos alunos que estão vinculados ao curso de caráter modular. Entretanto, apesar das dificuldades elencadas anteriormente, no caso deste projeto, um esforço coletivo foi feito no sentido de incorporar dois discentes do Curso PEC/MSC entre os integrantes da

²⁵ Entrevista concedida por Vagner Luiz Komnkiéwicz em 14/10/05 ao Projeto PROLICEN.

²⁶ PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, PROBEX - Programa de Bolsas de Extensão, PROLICEN - Programa de Licenciatura.

equipe de trabalho. Ao longo dos meses de desenvolvimento dos módulos do curso, os dois alunos participaram ativamente da elaboração de pautas, da realização das entrevistas e da constituição do acervo de imagens fotográficas e videográficas, o que tornou possível uma inovação em estudos dessa natureza que, em geral, excluem os olhares dos sujeitos envolvidos nas pesquisas de oralidade.

No que diz respeito à chamada pedagogia da alternância que estabelece o diferencial pedagógico, caracterizado pela existência de um tempo-comunidade efetivado num percentual de 20% da carga horária total do curso, há um reconhecimento por parte dos professores e alunos quanto à necessidade de buscar formas acadêmico-pedagógica mais produtivas, e também o reconhecimento da pouca experiência e reflexão dos docentes do DH-UFPB no campo do ensino à distância, que caracteriza o tempo-comunidade. Na reunião de avaliação do Curso já indicada neste relato, o tema foi debatido coletivamente e teve a seguinte indicação:

Analisou-se a necessidade de potencializar o aproveitamento do tempo-comunidade a partir de uma articulação mais orgânica de seu desenvolvimento, partindo de temáticas amplas ou de perspectivas teórico-metodológicas que garantam padrões interdisciplinares e um parâmetro inovador e qualitativamente superior ao tempo-comunidade.²⁷

Nessa direção, a disciplina Prática de Ensino em História tem estabelecido um diferencial de qualidade no encaminhamento de estratégias para o tempo comunidade, o que se torna possível pela característica de trabalho de campo como esclarece um dos professores responsáveis pela Prática de Ensino e Estágio Supervisionado:

Olha, eu acho que a disciplina, a de Prática de Ensino, é uma das poucas disciplinas em que de fato a gente pode desenvolver uma atividade no tempo comunidade que se relacione com a temática que eles estão desenvolvendo em sala de aula, por que? Porque quando eu pedi que eles fossem pra escola, que eles fizessem um estágio observação lá, então, de fato, no caso dessa disciplina me parece que o tempo comunidade é uma coisa extremamente favorável pra que eles tenham a possibilidade de fazer esse trabalho na comunidade deles, nos acampamentos, nos locais onde eles estão, né? Eu tenho muita dúvida no tempo comunidade pra essas disciplinas teóricas. Eu não consigo visualizar muito, não tenho muita clareza de como é que esses alunos desenvolvem, além de fazer os trabalhos, né? O que tenho percebido aqui é que o tempo comunidade tem sido utilizado mais para os alunos desenvolverem os seus trabalhos

²⁷ Reunião de Avaliação Institucional do curso de História PEC-MS, realizada em 23 de maio de 2006.

*para entregarem aos seus professores do que de um trabalho efetivo desenvolvido pelo professor para o tempo-comunidade.*²⁸

Este ainda tem sido um grande desafio para os professores e alunos desse curso. Encontrar uma metodologia de trabalho que atenda a uma proposta de elaboração de conhecimento de qualidade pelos alunos e ela teria necessariamente que partir de uma perspectiva interdisciplinar. Um desafio que exige respostas visto que para estes alunos a relação entre o conhecimento acadêmico e a experiência da vida em comunidade e, especialmente em sua dimensão de engajamento é o que dá sentido à sua presença no espaço universitário. Nessa perspectiva podemos indicar alguns depoimentos:

*E pra nós é assim... é chegar ao final do curso. E não chegar ao final dizendo assim: “Ó, nós chegamos ao final, passamos, somos historiadores.” Simplesmente isso e ponto final, não. Pra nós tem uma outra dimensão tudo isso que eu já falei. Esse curso significa muito pra gente, enquanto trabalhador, enquanto sem terra, enquanto filhos e filhas de camponeses, é uma questão de honra também. E a gente não tá aqui pra disputar espaço com ninguém, porque no nosso entendimento a universidade não é pra, pra... No nosso ponto de vista não seria pra disputar espaço, pra poder se formar, pra uma profissão. Não, é muito além que isso, é esse espaço de conhecimento que liberta, que busca libertação, então essa é... É nisso que a gente acredita, e é nesse sentido que a gente procura dar o máximo de nós, pra a gente chegar até o final.*²⁹

[...]

*Que pra nós o curso de história é muito mais que formar professores, nós somos pessoas que temos tanto que trabalhar nessa área de educação, em sala de aula, quanto temos também de trabalhar essa área de educação com os acampados, com os assentados, em reuniões, em assembleias, em seminários, em cursos. E a gente precisa ter essa militância propícia do conhecimento, pra não tá precisando, assim, de pegar pessoas de fora que tenham o conhecimento teórico muito bom, mas foge da realidade nossa. Então, agora, essa seria a oportunidade de ter a prática e a teoria junto nesse estudo com a militância.*³⁰

Os alunos entrevistados têm clara dimensão da importância de estarem inseridos num espaço de reflexão e de elaboração de conhecimentos e pretendem aproveitar sua presença no campus universitário em todos os sentidos, inclusive no que se refere à afirmação de sua identidade coletiva que tanto envolve o ser camponês como sua inserção num movimento social organizado que tem uma

²⁸ Entrevista concedida pelo Prof. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro ao Projeto PROLICEN em novembro de 2006.

²⁹ Entrevista concedida por Maria Elisvânia Melo da Silva em 13/06/05 ao Projeto PROLICEN

³⁰ Entrevista concedida por Roselândia de Oliveira Ferraz em 26/10/04 a o Projeto PROLICEN

perspectiva militante de inserção social, como podemos perceber no trecho deste depoimento:

É isso. Então agora a gente tá num espaço muito privilegiado e que nós devemos, enquanto organização, enquanto turma do curso de História, aproveitar esse espaço, também. Então, a idéia não é a gente ficar ali só na sala de aula e não ver o que tá acontecendo ali no... entorno da Universidade. Então a gente procurar ocupar esses espaços também para a gente poder passar o que é esse “ser Sem Terra”, e qual a importância desse curso pra nós porque também não é eu falar só aqui pra Regina ou lá pro professor Jonas a importância que ele tem pra nós. A gente tem que dizer pra todos ali, né? Por que nós estamos ali, qual o objetivo. Mas as expectativas da turma toda em geral, são muito grandes.³¹

As possibilidades de trabalho com as entrevistas desses alunos são inúmeras e, no momento em que escrevemos este texto, apenas as vislumbramos uma vez que as transcrições dos depoimentos só agora foram concluídas. De uma primeira leitura, já podemos perceber as potencialidades de alguns temas que emergem das falas coletadas, quais sejam: 1- a percepção dos alunos sobre sua condição de camponeses e de militantes e sua simultânea inserção na universidade como discentes regulares de um curso superior; 2- a relação com o conhecimento histórico percebida como uma dimensão de sua formação política, uma formação política vinculada a metas articuladas por uma reflexão de seu papel de educadores e do papel da educação nas lutas sociais; 3- a reflexão que elaboram a propósito de sua condição de sujeitos do processo educacional e como se percebem portadores de saberes adquiridos na experiência de suas práticas sociais. Considerando apenas estas três possibilidades de trabalho que emergem das fontes orais produzidas neste projeto, podemos reafirmar a importância de pesquisas em história oral como uma das mais ricas formas de abordagem de dinâmicas coletivas e subjetividades que envolvem o estudo de grupos de identidade como é o caso dos agentes sociais que indicamos neste breve relato.

³¹ Entrevista concedida por Evandro Pereira de Lima, realizada em 16/06/05 ao Projeto PROLICEN.

RESUMO

Este artigo visa discutir o aporte da história oral e as reflexões sobre suas potencialidades metodológicas que vêm se afirmando como campo específico de preocupação de diversos pesquisadores no Brasil e no mundo, entre eles os historiadores. No nosso caso, tal reflexão tem se dado por meio de um Projeto de Pesquisa desenvolvido junto a alunos bolsistas da graduação em História, na UFPB e coordenado por nós. O principal objetivo do projeto, em andamento desde o ano de 2005, é o do registro audiovisual da experiência de acompanhamento de um Curso de Licenciatura em História, inédito no Brasil, para trabalhadores rurais sem-terra (PEC-MSC), possibilitando a constituição de um conjunto de fontes: imagens de vídeo, fotografias e entrevistas.

Palavras-Chave: Oralidades; Subjetividades; Cultura Histórica.

ABSTRACT

This paper intends to discuss oral history and the reflections on its methodological potentialities, an area that worldly become as specific debate field of various Brazilian researchers, specially between historians. In our case that, this reflection has been developed in a Research Project, with History undergraduate students at Federal University of Paraíba, coordinated by us since 2005. The main objective of this Project, still in progress, is making an audiovisual register of the Undergraduate Course of History for Rural Landless Workers (PEC-MSC), unique in Brazil. This accompaniment experience made possible the constitution of a group of various sources: video images, pictures and interviews.

Keywords: Oralities; Subjectivities; Historical Culture.

Artigo recebido em janeiro de 2008. Aprovado em abril de 2008.